



GREI - Grupo de Estudos Interdisciplinares
Giordano Bruno

Carlos Marques Simões

A ECONOMIA DA INQUIETAÇÃO
Um ensaio eco-sistémico sobre a crise
político-social europeia



Cadernos do GREI n.º 33

AGOSTO 2015

A ECONOMIA DA INQUIETAÇÃO
Um ensaio eco-sistémico sobre a crise
político-social europeia

ÍNDICE

Introdução	3
1. O complexo de Édipo dos mercados	4
2. O emergente mito da resiliência e a crise europeia	7
3. Portugal e o horror grego	10
4. Do medo à inquietação – a economia da escravidão	13
5. Viver uma <i>eco-política</i> ou morrer na <i>eco-anomia</i>	15
Reflexões finais.....	18
Bibliografia.....	20



GREI- Grupo de Estudos Interdisciplinares
Giordano Bruno

FICHA TÉCNICA

Título: Cadernos do GREI

Edição de: GREI - Grupo de Estudos Interdisciplinares
Giordano Bruno

Rua Vergílio Ferreira, n.º 11
8005-546 FARO

grupo@grei.pt www.grei.pt

Capa: adaptada por Rute Ralha de “Os usurários” de Marinus Van Reymerswaele

Conselho Editorial: Carlos Marques Simões (coordenador), Francisco Baptista Gil, Helena Ralha-Simões, Rosanna Barros, Carla Fonseca Tomás e Nuno Murcho

Data: agosto de 2015

Publicação de difusão restrita

A ortografia adotada no texto dos cadernos é da responsabilidade de cada autor(a).

A ortografia utilizada na capa, títulos, índice e resumo não segue o novo acordo ortográfico, segundo opção do coordenador editorial.

Cá dentro inquietação, inquietação. É só inquietação, inquietação.
Porquê, não sei. Porquê, não sei. Porquê, não sei ainda.
Há sempre qualquer coisa que está pra acontecer.
Qualquer coisa que eu devia perceber. Porquê, não sei.
Porquê, não sei. Porquê, não sei ainda.

José Mário Branco *in Inquietação*
do álbum *Ser solidário* (1982)

Não convém que [o povo] sinta a verdade da usurpação:
Introduzida outrora sem razão, tornou-se razoável;
convém que seja encarada como autêntica e eterna, (...)
se não quisermos que ela termine a curto prazo.

Blaise Pascal *in Pensamentos* (1660)

É rico todo aquele a quem não falta nada daquilo que tem.

Giordano Bruno *in Acerca do Infinito,*
do Universo e dos Mundos” (1584)

RESUMO:

A recente crise financeira mostrou que os dominantes dogmas ideológicos tendem a perpetuar os privilégios duma minoria detentora do poder - os plutocratas. Para construir alternativas ao projeto neo-liberal, é útil partir dum modelo eco-sistémico que permite redefinir conceitos como democracia e liberdade e compreender a passagem da economia do medo à economia da inquietação.

Palavras-chave: Economia do medo; economia da inquietação; neo-liberalismo; plutocratas; modelo eco-sistémico.

INTRODUÇÃO

A crise surgida em 2007 mostrou claramente o falhanço clamoroso das práticas bancárias especulativas e a completa desregulação dos mercados resultante das fragilidades financeiras criadas pelos impasses do neo-liberalismo. Para fazer face a esta situação, na visão míope dos próceres desta política, era necessário travar a despesa pública excessiva e reduzir ao mínimo a existência de um Estado Social, considerado um *cadáver adiado*, pronto a ser deitado fora para o *caixote de lixo* da história.

Para sustentar as suas teses, os fanáticos apóstolos deste programa ideológico sobrevalorizaram os entraves à concorrência, ignoraram, num *silêncio ensurdecedor*, as incontáveis generosidades proporcionadas aos plutocratas, esses novos senhores do mundo, e ocultaram as inumeráveis fraudes, evasões monetárias em paraísos fiscais e conluíus mafiosos da banca na proteção à especulação financeira.

Para completar o cenário, esqueceram-se as colossais dívidas privadas, a mundialização desenfreada, as ilusões produtivistas e o aumentar indecoroso das desigualdades económicas. Finalmente, num outro plano, omitiram-se os efeitos nefastos de alguns tratados europeus e negou-se a dificuldade em explicar o aumento do desemprego em função do custo do trabalho, apesar de há muito os salários se virem a tornar verdadeiros protótipos de anorexia social.

Neste cenário apocalíptico, atingiu-se o *grau zero* do irracionalismo. O mundo atravessava agora o pior colapso do capitalismo desde os anos

trinta do século vinte. Oito anos depois, vive-se um dos maiores dramas de sempre da história contemporânea: uma tragédia global e simultaneamente económica, social, política e religiosa, em que a humanidade se parece afundar num pântano ético e moral desolador.

Perante a iminência de uma III Guerra Mundial, como alertou o Papa Francisco – conflito que, segundo alguns teóricos, até já começou há vários anos em moldes que o encobrem – só nos resta apelar para a emergência de uma consciência coletiva capaz de superar a Economia da Inquietação, permitindo enveredar por novos caminhos desejáveis e possíveis. Para isso, é preciso criar soluções de esperança, baseadas em *raízes e utopias* genuinamente congruentes, empáticas e autênticas. Tal será realizável se se assumir uma perspetiva socio-psicológica que permita construir um modelo eco-sistémico baseado no primado da educação, entendida esta como a base do desenvolvimento humano.

Finalmente, será útil referir que uma das razões deste texto teve por objetivo corresponder ao que os *Economistas Aterrados* (2015, p.13), no seu novo manifesto afirmam pretender, isto é, “(...) *despertar iniciativas, vocações, esperando que outros economistas, mas também outros cidadãos (intelectuais de outras disciplinas, sindicalistas, militantes associativos ou políticos, profissionais de diferentes setores), com o seu saber (...) possam, por sua vez, contribuir para a construção de alternativas ao projeto neoliberal*”.

1.0 COMPLEXO DE ÉDIPO DOS MERCADOS

Édipo-Rei, a famosa tragédia de Sófocles, é baseada na lenda do filho do rei de Tebas, o qual, numa sequência de acontecimentos fortuitos, acaba por assassinar o pai e casar com a mulher deste, sua mãe, no completo desconhecimento de quem eles eram. Todavia, antes de se abordar esta narrativa no quadro da temática económica, importa clarificar algumas facetas relacionadas com o complexo que lhe está associado.

Para o pai da psicanálise, o núcleo das relações humanas institui-se a partir deste complexo de Édipo e dos desejos incestuosos decorrentes

dos fantasmas inconscientes (Freud, 1987). Além disso, o modelo *freudiano* permite uma compreensão consciente, dos problemas sociais, embora estes *insights*, que se podem designar como percepções internas, se inscrevam, por vezes, na estrutura inconsciente da *psique* humana; de facto, esta teoria foi bastante além do tema da perturbação emocional do indivíduo, dedicando-se à análise da dinâmica subjacente à psicologia dos grupos (Brown, 1961).

Por outro lado, a psicanálise mostrou a importância que o ‘instinto de lucro’ representa na economia psíquica, embora não o considerasse tão essencial como outras necessidades, contrariamente à ideia do liberalismo que o entendia como o motivo essencial – se não o único – das ações humanas. Deste ponto de vista, esta pulsão não tem como causa profunda, a necessidade de adquirir ou de possuir, mas revela o desejo narcísico de ser conhecido perante si mesmo e perante os outros, pois, numa sociedade onde os possuidores – os ricos – são os mais admirados, é natural que os menos favorecidos sejam conduzidos a uma extraordinária intensificação do desejo de possuir (Fromm, 1969).

Regressando ao ponto de partida, isto é, à narrativa do célebre drama grego, Édipo-Rei, importa destacar que, segundo Varoufakis (2015a), o seu elemento-chave é o poder da profecia. De facto, quando Laio, o rei tebano, sabe que a sua mulher, Jocasta, está grávida, pede ao oráculo que lhe prediga o futuro do seu filho. Aqui surge a trama do destino: as palavras proféticas dizem que o rei morrerá às mãos do filho. Laio ordena então que este seja morto assim que nasça. A rainha, incumbida desta missão, não suporta esta horrenda ideia e entrega tal tarefa a um servidor que, também incapaz de o fazer, resolve abandonar o bebé para que morra de fome e frio. Acontece, todavia, que um pastor o leva para Corinto onde é adotado pelo rei que não tem filhos.

Ao crescer, o jovem, agora chamado Édipo, descobre que o rei não é o seu pai biológico e pede ao oráculo que lhe conte a verdade sobre os seus progenitores. Surgem assim palavras terríveis: “*Irás casar com a tua mãe*”. Aterrado, Édipo decide partir para longe da cidade, a fim de evitar tal acontecimento. Durante a viagem passa perto de Tebas onde encontra

e mata o rei Laio após uma luta, cumprindo parte da profecia. Mais tarde, Édipo salva esta cidade de um terrível monstro chamado Esfinge, solucionando um enigma que salvou a urbe. Por esse motivo, torna-se rei e, por isso, segundo a tradição, desposa a rainha viúva Jocasta, cumprindo novamente a profecia.

Mas afinal que relação poderá haver entre este mito e os mercados?

A resposta deve ser peremptória: a simetria é total e completa. Ao “auto-cumprir-se” a primeira profecia, as outras seguem-na numa cadência logicamente ordenada que conduz inexoravelmente ao seu desenlace. De facto, com os mercados laboral e monetário, passa-se o mesmo. Quando os “(...) *empresários ‘profetizam’ que a crise continuará e que a atividade económica se encontra contraída, evitam pedir dinheiro emprestado aos bancos para contratar mais trabalhadores, fazendo assim que a profecia se cumpra*” [...]. E esta, por sua vez, vai desencadear mecanismos que conduzem à quebra dos preços do trabalho e do mercado (os salários e as taxas de juro) e, assim, “(...) *em vez do emprego e dos investimentos aumentarem, acontece exatamente o contrário, uma vez que estas reduções reforçam o pessimismo e este retroalimenta-se*” (Varoufakis, 2015a, p. 125).

Todavia, o mito de Édipo não é o único no campo psicanalítico. A obra iniciada por Freud, e reelaborada pelos seus continuadores, apresenta um vasto alcance a que não são alheios outros mitos. Talvez entre eles se possa incluir o do Minotauro.

Esta lenda diz que o rei Minos de Creta pediu a Posídon um belo touro como sinal de apoio divino, comprometendo-se a sacrificá-lo em honra do deus dos mares. Contudo, Minos, de forma imprudente, decidiu poupar o animal cativado pela sua beleza. E assim foi vítima de uma vingança terrível. Usando os estratégias especiais de Afrodite, os deuses levaram a esposa do rei, Parsifae, a cair em tentação e a conseguir ser engravidada pelo touro, nascendo dessa união uma criatura trágica meia-humana, meio-animal – o Minotauro – que, após várias peripécias, veio a ser abatido por Teseu, filho do rei de Atenas.

Para os historiadores, este mito “(...) é um símbolo de uma forma particular de equilíbrio político e económico que abrange muitas terras diferentes e distantes: um equilíbrio geopolítico precário que desabou com o abate do animal, dando assim origem a uma nova era” (Varoufakis, 2015b, p. 38)

No nosso mundo de 2008 não foi preciso qualquer acto heroico, como o de Teseu, para liquidar o monstro, agora desempenhado pelo défice dos Estados Unidos. O fim do Minotauro Global surgiu de repente, sem a presença de nenhum agente físico nem a existência de qualquer ação impressionante. O ferimento fatal foi infringido pelo colapso das estruturas bancárias, em consequência de um sistema “natural” com propensão para o fracasso sistémico – o Capitalismo. Este, segundo os seguidores do profeta Marx, esforça-se para nos transformar em autómatos e à nossa sociedade numa distopia, tipo Matrix. No entanto, quanto mais se aproxima do seu objetivo mais se aproxima da ruína, qual Ícaro mítico. Porém, ao contrário deste herói, ele sempre se levanta – verdadeira Fénix renascida - e retoma o seu caminhar de sempre (Varoufakis, 2015b).

2. O EMERGENTE MITO DA RESILIÊNCIA E A CRISE EUROPEIA

A 11 de setembro de 2011, no décimo aniversário do traiçoeiro ataque às *torres gémeas* em Nova Iorque, a revista americana Times publicou uma edição especial dedicada à evocação da forma como a nação estado-unidense – indivíduos, famílias e comunidades – conseguiu superar o trauma causado pela tragédia que assolou a vida de tanta gente. O título da publicação é elucidativo: **Para lá do 11 de setembro – retratos de resiliência**. Segundo Braden (2014, p. 153): “*Se alguma vez esteve em questão o papel da resiliência na recuperação dos Estados-Unidos da América, a primeira frase da edição especial deu-lhe resposta, designando a resiliência como o tema do país para o século XXI*”.

Considerando todas as suas dimensões, poderá dizer-se que o conceito de resiliência é bastante mais abrangente e poderá contribuir para compreender a época atual. Embora muito se tenha esperado desta capa-

cidade inesperada e paradoxal, admitindo-se que ela pudesse vir a constituir um conceito redentor, tais perspetivas têm teimado em não dar rapidamente frutos, estando as suas hipotéticas possibilidades e realizações muito aquém do seu carácter promissor.

Apesar da aplicação do conceito de resiliência aos domínios económico e social ser relativamente recente, há muito que ele foi utilizado pela física e pela engenharia, campo onde designa a capacidade das matérias para enfrentar pressões sem atingir o ponto de rotura, resistindo-lhe através da flexibilidade estrutural interna. O seu surgimento no domínio das ciências humanas foi invocado para tentar compreender como, em certos contextos, os indivíduos e os grupos conseguiam superar as adversidades decorrente de circunstâncias negativas, tendo como objetivo caminhar harmoniosamente para atingir a plenitude e o bem-estar, sem muito esforço nem muita dor, o que, não sendo tarefa fácil, é um desiderato que vale a pena ser prosseguido (Ralha-Simões, 2014; Ralha-Simões & Simões, 1998).

O “admirável mundo novo”, prenhe de miríficas promessas de riqueza e bem-estar, apregoadado por certos autores obnubilados pelas virtudes da sociedade capitalista (Kaku, 2014; Toffler, 1983), tem como contraponto uma visão menos optimista que nos foi legada pelo notável escritor Aldous Huxley. Por isso, há que questionar o mito da resiliência, embora todos os mitos constituam fortes caixas-de-ressonância para a alma humana. Porém, se acreditarmos que as sociedades mais jovens estão preparadas para transformar o mito em realidade, então talvez seja possível aceitar o que Wolf (2014, p. 119) afirmou: “*o sucesso após a crise das economias emergentes demonstrou que se tornaram mais resilientes nos anos anteriores à crise*”.

Neste contexto, a chamada crise grega desencadeou aquilo que se poderia designar como uma bomba de ação retardada. Quando, em outubro de 2009, George Papandreu, recém-eleito Primeiro-Ministro socialista na Grécia, afirmou que o seu défice orçamental para esse ano seria de 10% do PIB, tal valor estava bem acima dos 8% previstos semanas antes pelo governo conservador demissionário e, dramaticamente bem longe

dos 1,8% do PIB estabelecido pela Comissão Europeia em Junho de 2008. Esta situação levou Jean-Claude Juncker, atual Presidente da Comissão Europeia a dizer: “o jogo acabou, precisamos de estatísticas sérias”. Feitas as contas, o défice atingia 15,6% (1).

Até este momento da verdade, os líderes europeus tenderam a encarar a crise como sendo “anglo-saxónicas” com epicentros em Nova Iorque e Londres. Mas, de facto, era um problema global. Por isso, a incapacidade em reconhecerem a sua culpa demonstrava a sua incompetência e descuido relativamente à regulação do sistema bancário. A fraqueza das economias e da estrutura institucional da Europa tinha desencadeado uma crise prolongada que mostrava a divisão, desentendimento e desespero instalados no seu seio, onde se realizara um infeliz casamento monetário em que o divórcio era quase impensável. O fracasso da segunda maior economia mundial, a da zona Euro, colocava em perigo a estabilidade global e degenerou no desastre económico hoje bem patente, onde o “horror grego” é apenas um sintoma de futuras calamidades (Wolf, 2014).

Nos países europeus mais debilitados pela crise financeira internacional ocorria algo ainda mais preocupante; neste cenário, onde os PIGS (2) foram os mais notórios exemplos, não obstante outras situações latentes – como as da Itália, Bélgica ou mesmo da França –, soavam os sinais de alerta para uma iminente catástrofe que iria sacrificar os interesses e o bem-estar de milhões de laboriosos cidadãos: empresários ou assalariados, entre os quais se podem incluir profissões de elevado nível de formação, como professores, médicos, juristas, jornalistas e muito outros.

Alheios a este caos, os incompetentes dirigentes europeus, com a cumplicidade de muitos líderes políticos nacionais, não menos míopes ideologicamente, *travestiram-se* em servidores conscientes ou inconscientes dos desígnios subterrâneos da internacional dos plutocratas (3).

(1) Segundo estatísticas da OCDE e citação da Reuter de 19 de outubro de 2009.

(2) Designação de escárnio imposta pelo malfadado vernáculo inglês que se referia a *Portugal, Ireland, Greece and Spain*.

(3) Não é em vão que organizações como o Clube de Bilderberg, e muitas outras que se omitem, estendem os seus tentáculos a todos os principais quadrantes ideológicos – sejam eles deliberadamente neo-liberais ou pretensamente socializantes.

Estes *políticos-marionetas*, sem saber ou sem querer opor-se à vontade dos seus senhores, deixaram os acontecimentos correrem à deriva e, deste modo, contribuíram para um hipotético, mas provável, aniquilamento civilizacional. Neste enquadramento não há povo nem nação, por mais resilientes que sejam os seus cidadãos – de que Portugal é um exemplo notório – que concretize esse ideal de bem-aventurança que virá a tornar-se mais um mito resplandecente da civilização ocidental.

3. PORTUGAL E O HORROR GREGO

A 6 de abril de 2011, quando o então governo PS, obrigado a pedir ajuda externa, por ser incapaz de se financiar nos mercados, recorreu a um envelope financeiro de 78 mil milhões de euros, fornecido em conjunto pelos parceiros europeus e pelo FMI, já se sabia que iria haver uma mudança de poder. Por isso a *Troika* exigiu que as condições da ajuda internacional fossem aceites pelo menos pelos partidos do chamado *arco da governação*.

Dois meses depois, quando o novo governo PSD/CDS tomou posse já tinha um vislumbre do que lhe iria acontecer e do que teria de cumprir. E assim o fez, sem arrependimento nem complexos de culpa. Ao comprometer-se com este duro programa de ajustamento que visava não só a frente orçamental, para equilibrar as contas do Estado e reduzir o défice, mas também a parte económica relacionada com a perda de competitividade, Passos Coelho tinha conhecimento de que as medidas exigidas eram muitas e difíceis.

Daí que não seja de admirar que o programa da coligação PAF (Portugal à Frente), depois de uma legislatura sempre baseada na austeridade, tente agora uma reviravolta que visa resgatar o que tentou desmantelar. Para o cronista político Adão e Silva (4) este programa encerra em simultâneo três paradoxos: o tipo, o *timing* e a marca programática. Sendo as legislativas “(...) *uma avaliação do passado combinada com uma leitura das propostas para o futuro*” seria de alguma utilidade que o novo governo de Portugal não esquecesse o horror da tragédia grega.

(4) Um programa paradoxal. *Expresso*, 1 de Agosto de 2015.

Relativamente ao eixo PSD/CDS não parece haver quaisquer dúvidas, dado existir toda a memória recente sobre o deslumbramento mirífico de Passos Coelho pela opção neo-liberal, nunca contrariada por Paulo Portas e pela pseudo-doutrina social-cristã do CDS. Quanto ao Partido Socialista – com uma irrevogável herança socrática – é indispensável perceber o que fará, pois que a alternativa política em Portugal passará por manter um governo do malfadado *centrão*.

Face às convergências e divergências europeias (5), independentemente das posições assumidas, a verdade é que a redução da política à economia se tornou uma verdadeira história de assustar que não pode ser ignorada e que, no caso português, assume especial acuidade.

Ora, quando se olha para o PS, é útil lembrar as palavras de Bagão Félix, proferidas no dia 29 de julho, na SIC Notícias: “*Quando há pouco ouvimos aqui António Costa dizer que o programa da coligação – que certamente ele ainda não leu – era um ‘saco de palavras’, se calhar no Partido Socialista é mais um ‘saco de números’ e, portanto, entre palavras e números venha o diabo e escolha*” (Bagão Félix, SIC Notícias, quarta-feira, 29 de julho).

Se, no plano nacional, as perspetivas não são muito risonhas, em termos internacionais as expectativas ainda são piores. Daí que não seja de estranhar a expressão de grande impacto, surgida no tempo de antena do Bloco de Esquerda emitido pela RTP no dia 29 de Julho: “*Não é preciso ser de esquerda para perceber que a Europa bateu no fundo*”. Estava criado o pretexto para que, na referida emissão, se escutassem frases de personalidades que, em geral e de uma forma claramente assumida, se colocam em posições distintas e muitas vezes opostas àquela força política da esquerda radical (6). Assim, foi possível ouvir Manuela Ferreira Leite afirmar: “*Nem o tratado orçamental é exequível nem o pagamento das dívidas dos países é pagável*”. E Bagão Félix acrescenta: “*Está de rastos a Grécia. Então qual é o remédio? Um terceiro conjunto de medidas*

(5) Cf. o artigo Jaime Nogueira Pinto com o mesmo título. *Jornal “Sol”*, 31 de Julho 2015.

(6) Adjetivo que aqui se utiliza sem qualquer sentido pejorativo, pois radical significa ir às raízes, sendo tal estratégia indispensável para se compreender o real instituído.

que irão agravar ainda mais a situação”. E, finalmente, Miguel Sousa Tavares a concluir: “*Nós assistimos a um país que foi deliberadamente punido, humilhado e sujeito a condições medievais de direito de conquista e saque.*”

Todavia, é neste enquadramento que atualmente se processa a “ajuda” à Grécia, um naufrágio causado pelos *icebergs* de uma economia anónima, comandada por potências privadas transnacionais, cuja hegemonia à escala planetária se exerce através de prodigiosas e complexas redes de comunicação, em que a sua ubiquidade abate as distâncias e o tempo. De facto, aqueles que decidem o destino das nações não têm necessidade de se preocuparem com quaisquer leis ou restrições, controlos ou inquietações eleitorais. Num contexto mundializado onde apenas impera a concorrência desenfreada, a ganância do lucro e o esmagamento dos opositores, estes poderes ocultos cavalgam as instâncias políticas endemicamente fracas e colocadas no banco dos réus, muitas vezes sem saberem as razões do seu fracasso. Foi assim que o polvo plutocrático, uma espécie de nação virtual, estendeu os seus tentáculos e, manipulando na sombra instituições poderosas, criou o horror greco.

Tal visão dos acontecimentos, ao longo do tempo, tem sido perspetivada por muitos investigadores de prestígio em obras de realce, como o brilhante ensaio de Viviane Forrester, *O horror económico*, e também através da voz de muitas personalidades, de que o Papa Francisco é um exemplo. Este tem vindo “*a denunciar o endeusamento do lucro e a defender os mais desfavorecidos da sociedade (...)*”. Para os que nada possuem o Papa tem reclamado o direito sagrado a ter trabalho, teto e terra. [criticando o sistema económico] em que *o capital se torna um ídolo e em que a avidez do dinheiro domina todo o sistema socioeconómico*. [Por isso] tem apelado a dizer não *a uma economia de exclusão e desigualdade, onde o dinheiro reina em vez de servir*. [Para ele] a economia de mercado (...) só fará sentido se for colocado ao serviço dos povos e não funcionar simplesmente em função do lucro (...)” (Rodrigues, 2015).

4. DO MEDO À INQUIETAÇÃO – A ECONOMIA DA ESCRAVIDÃO

Vivemos uma fase histórica particular em que o próprio sentimento de liberdade se situa na transição de uma forma de vida para outra, tornando o sujeito (literalmente aquele que está submetido) num pseudo *projeto livre* pois que, de facto, em última instância, ele se revela como uma forma eficaz de *subjetivação* e de *submissão*. A ilusão de um projeto, que crê ter-se libertado dos constrangimentos externos e alheios, submete-se, com efeito, a coações próprias e internas, hipotecadas ao mito da otimização e do rendimento individual. Tal perspectiva afirma que “(...) o *sujeito do rendimento, que se pretende livre, é na realidade um escravo. É um escravo absoluto, na medida em que sem qualquer senhor se explora a si próprio de forma voluntária (...). A soberania é estranha ao escravo neoliberal, é-lhe estranha a própria liberdade do senhor que, segundo a dialética (...) de Hegel, não trabalha e somente goza (...)*” (Han, 2015, p.12).

Neste contexto revela-se a interdependência entre os fenómenos económico e político e a sua correlativa articulação com as dimensões intra e intersubjetivas pois que, segundo Caruso (1974), todo o ser humano é “fraco” devido a um qualquer aspeto da sua existência que, inevitavelmente, o submete aos outros de uma maneira ou de outra. Este “despojamento” social corresponde a um fundamento material, em geral complexo, de natureza biológica e económica, sendo tal fraqueza, enquanto pretexto para a exploração, uma realidade. De facto, quanto maior ela for maiores serão as possibilidades de dependência face aos outros, tornando-se os sujeitos, cada vez mais, vítimas duma racionalização mistificadora que, por seu turno, os leva a aceitar uma ideologia que os “escraviza” mentalmente; nasce, assim, uma rede de relações psicossociais neurotizantes: a alienação interhumana e também intrapsíquica junta-se à alienação económica e político-social.

Este tema é uma problemática que o notável ensaísta Noam Chomsky abordou muitas vezes ao longo da sua obra. Para este autor “(...) *Quando as pessoas quiseram tanta liberdade que deixaram de poder*

ser escravizadas, (...) desenvolveram-se naturalmente novos modos de controlo, para tentar impor formas de escravidão mental, a fim de que aceitassem um enquadramento de doutrinação e não questionassem o que quer que fosse (...)” (Chomsky & Barsamian, 2014, p.105).

Subjacente às perspectivas evocadas está a ideia de que para se evitar tal dominação abusiva há que impedir as escolhas arbitrarias e concentradas nas mãos de grupos ultraminoritários que, no seu conjunto, se estima não excederem 1% da população mundial, mas que muitos investigadores reduzem a 0,01% e que Christa Freeland (2014) designa como plutocratas, considerando-os idólatras da nação virtual de Mamón (7) para tal, é preciso tomar-se consciência dos conflitos de interesses presentes na sociedade, pois estes são o núcleo ideológico que permite compreender o real concreto, condição fundamental para que a percepção de tais realidades contribua para mudar o mundo.

Este é o desiderato da socio-psicanálise que, partindo da articulação do psíquico com o sociológico, visa uma análise do poder político e institucional, permitindo compreender como certos indivíduos com cargos políticos, financeiros ou técnicos – cujas posições de liderança originam vínculos de poder, saber e prestígio – impõem regras através de relações de dependência que, longe de serem neutras, pelo contrário, representam algo muito negativo, conduzindo à subserviência, à ignorância e ao desprestígio daqueles que sofrem a sua sujeição (Mendel, 1973; 1975).

Consequentemente, aplicar-se a psicanálise à atual crise não deve ocasionar surpresas pois que, segundo alguns autores (Fromm, 1969; Marcuse, 1969), é possível argumentar que algumas das concepções relativas à esfera da economia, da política e da história são uma projeção de motivos inconscientes, causada por ansiedades que nos cegam face às desigualdades quotidianas omnipresentes na sociedade capitalista contemporânea.

No mesmo sentido, pode-se referir a obra de Jaques (1973) que, no contexto de uma época de caótica incerteza económica – isto é, no final (7) Falso deus da riqueza e da avareza (cf. Wikipédia).

da década de 1950 –, analisou o fosso de rendimentos entre os mais ricos e os mais pobres, afirmando que, para os indivíduos atingirem um equilíbrio psicológico, era necessário assegurar uma estrutura social justa e equitativa que permitisse superar o egoísmo voraz das relações laborais.

Na sequência destas afirmações, o mesmo autor acrescentava ser necessário demonstrar que uma maciça demonstração da existência destes fatores constitui “(...) *uma espécie de psicopatologia (...) – um processo psicótico de massa de que todos inconscientemente participamos – [restringindo] o reconhecimento científico destas realidades das relações de trabalho e da motivação individual*” (Jaques, 1973, p.141).

Ora, quando as estruturas institucionais e políticas não visam satisfazer a realização de legítimos desejos, individuais e coletivos, mas simplesmente estar ao serviço de privilégios e iniquidades, passam a constituir um instrumento destruidor das liberdades que impede a consecução de saudáveis metas pessoais de bem-estar e esperança no futuro, exigindo uma imposição unilateral de normas rígidas e de sacrifícios que, por vezes, atingem o despotismo.

Todavia, muitos líderes institucionais, para satisfazerem a sua identidade narcisista e os seus egos em expansão, impõem às nações e aos povos o avesso da liberdade, isto é, a servidão. Para estes governantes que, embora eleitos, decidiram seguir cegamente ideias poderosas, independentemente de terem ou não razão, aplica-se a fórmula uma vez enunciada por Keynes (1964, cit. in Blyth, 2013 p.179): “(...) *Na verdade, o mundo é governado por pouco mais. Homens práticos que se creem bastante isentos de quaisquer influências intelectuais, são somente escravos de algum economista defunto*”.

5. VIVER UMA ECO-POLÍTICA OU MORRER NA ECO-ANOMIA

A crise mundial que atualmente atravessamos surge como consequência de um duplo impasse: a degradação social e a degradação ecológica. Se à primeira se pode associar o indesejável regime de acumulação financeira, a segunda decorre da sacralizada ideologia do produtivis-

mo, a qual conduz ao esgotamento dos recursos naturais, ao grave atentado contra a biodiversidade e à poluição do planeta.

Para superar o estado caótico em que se encontra a nossa civilização é necessária uma completa reconversão dos atuais padrões de consumo e modos de produção. Nesse sentido, é fundamental combater o falso mito de que o crescimento económico é a solução para as atrozes e crescentes desigualdades que assolam os países e as suas populações.

Tal crença ideológica – que alimentou a emergência do programa político do neo-liberalismo – evidenciou, no entanto, fragilidades notórias, pois assentava numa visão demasiado simplista dos mecanismos de ajustamento económico que continua sem ser devidamente questionada, tendo transformado a economia numa ciência normativa, ao transferir para a esfera política o modelo do “*homo economicus*” egoísta, invocado pelos economistas clássicos (Blomert, 2011; Hérin, 1986).

Como nos diz Varoufakis (2015b, p. 186), “O fundamentalismo do mercado livre, tanto ao nível das ideias políticas como da teoria económica (...) não funcionou de maneira muito diferente do modo como o *marxismo* foi usado no regime soviético: mais violado do que seguido. Em ambos os casos, utilizaram-se ideais grandiosos, sustentados por tratados económicos fascinantes, para fins mais básicos: legitimar a usurpação do poder e da riqueza por um grupo social específico.”

Por outro lado, verifica-se que, nos Estados Unidos da América, na década de 1970, 1% dos beneficiários da riqueza arrecadou aproximadamente 10% do rendimento nacional, enquanto que cerca de 35 anos depois, esta quota subiu para quase 20%; embora esta tendência não seja exclusiva deste país, pois que, desde cerca de 1980, tem vindo a aumentar em muitos outros (Ferguson, 2014; Freeland, 2014).

Tais questões devem, por conseguinte, ser perspetivadas de uma forma complexa e reenquadradas no âmbito da crise do nosso tempo, o que implica contrariar posições que, em nome de uma visão reducionista, assente nos dogmas da eficácia e da produtividade, desvalorizam a importância de outras alternativas mais humanizadas, assumindo, de forma en-

capotada, uma ideologia repressiva que, hasteando a bandeira de pretensos valores democráticos e liberais, conduza as nações e os seus cidadãos a um tenebroso e vasto estado plutocrático (Simões, 2013).

Contudo, o que se torna mais relevante para a compreensão da nossa época e da nossa sociedade é o facto de uma percentagem maciça dos benefícios económicos dos últimos 35 anos terem sido absorvidos pela super-elite (Freeland, 2014). Como afirmou Keynes (1990, cit. in Blomert, 2011, p.73), numa forma clarividente, “(...) *em tempos conturbados contamos que depois da tempestade vem a bonança. Mas numa situação como esta não ajuda muito apontar para uma tendência a longo prazo – a longo prazo estamos todos mortos*”. Por isso, o seu sonho continua a ser destruído, levando ao seu esquecimento e ao surgir duma possibilidade concentracionária “(...) *como o seria o universo de um único mercado ou do Estado todo poderoso*” (Hérin, 1986, p.82).

Para contrariar esta tendência, é indispensável preservar os equilíbrios ecológicos inerentes à sobrevivência dos eco-sistemas biológicos e sociais, o que implica abandonar a ideia totalitária que afirma ser necessário que todas as decisões políticas sejam subordinadas ao primado da economia e de muitos dos seus ditames irracionais como a eficiência financeira, o equilíbrio das contas públicas, as virtudes do livre mercado e a devoção à competitividade, erigida como sacrossanto ideal das relações humanas que, neste caso, melhor se poderiam apelidar de desumanas.

No cerne deste modelo neoliberal existe – embora, por vezes, recalcada – a necessidade de pôr desempregados contra trabalhadores, jovens contra idosos, empregados precários contra empregados estáveis, setor público contra setor privado. Como se uns fossem responsáveis pelas desgraças dos outros e não todos vítimas imoladas no altar dos interesses plutocráticos.

Para ocultar a natureza perversa desta situação, invocam-se muitas vezes as fabulosas receitas de determinados setores profissionais (artísticos, desportivos, de gestão empresarial ou financeira). Ora, para justificar estes lucros faraónicos exige-se aos trabalhadores em geral e, em particular aqueles que estão na base da pirâmide social que, em nome da

competitividade, aceitem a “moderação”, designação hipócrita que encobre a limitação ou a redução dos salários.

Isto acontece porque, neste cenário, a *Eco-nomia* se transformou em *Eco-anomia*, isto é, o governo doméstico degenerou em gestão da alienação. Ora, se se admitir que o conceito de anomia designa o estado de desorganização social em que os indivíduos se sentem incapazes de se integrarem na sociedade e têm o sentimento de viver uma vida vazia, pode considerar-se que o fenómeno da anomia deve ser integrado no de alienação (Bleger, 1969; Simões, 2014).

Neste contexto, pode-se evidenciar que a crise financeira de 2008 acarretou um veredito moral sobre a complacência acrítica face aos mercados, a qual tinha prevalecido durante quase três décadas. De facto, a era do triunfalismo tinha chegado a um final devastador. Daí que não surpreenda “a capa da revista *The Economist*, o periódico britânico pró-mercado [quando] mostrou um manual de economia a derreter numa poça informe, sob o cabeçalho: **O QUE CORREU MAL NA ECONOMIA**” (8) (Sandel, 2015, p. 21).

REFLEXÕES FINAIS

Desde há décadas que os habitantes deste planeta vivem envolvidos por uma mentira colossal, erigida em dogma por serventuários de políticas pouco transparentes que perpetuam artificialmente um mundo já desaparecido, manipulando concepções de irracionalidade económica sob o manto diáfano da democracia e da liberdade.

Efetivamente, os nossos atuais conceitos de trabalho e de desemprego já não fazem sentido. Só servem para perpetuar o desespero de milhões de seres sujeitos a um destino atroz. O anacronismo desta situação visa apenas manter uma impostura generalizada; esta encobre uma nova e bárbara civilização, na qual, exercendo o poder através do controlo técnico e informacional, apenas um reduzido número de indivíduos – que hoje se vislumbra sob as roupagens da plutocracia – modela a economia.

(8) “What went wrong with Economics” *The Economist*, 16 de julho de 2009.

Sendo certo que a sociedade globalizada e o avanço tecnológico determinarão o desaparecimento do trabalho humano, é evidente que este simples eclipse esconde um terrível acontecimento histórico: a inutilidade de multidões que, depois de exploradas e escravizadas, assistem narcotizadas ao delinear de um futuro iníquo que faz parecer o presente algo aceitável. Perante o facto de já não serem exploráveis, os trabalhadores considerados supérfluos deverão – como um dia nos lembrou Kierkegaard (10) – *temer ou tremar*. Passar-se-á, assim, em primeiro lugar, da servidão à exclusão; e depois da exclusão à eliminação.

Para que esta profecia não se cumpra, é necessário e urgente denunciar os habituais discursos hipocritamente moderados que nos mascaram os sinais de um mundo condenado a não ser mais do que uma jaula doirada em que a moralidade, em geral, será um mero dispêndio supérfluo. Para já, em nome de uma pseudo-racionalidade de inspiração tecnológica, os sacerdotes deste horror económico vão-nos sorratamente avisando, mentindo e ludibriando, com falsas promessas de luxos asiáticos. Como diz o povo: “*com papas e bolos se enganam os tolos...*”.

Mas nem tudo está perdido. Sejamos realistas, exijamos o impossível. Dado que esta tarefa não é fácil, cabe a todo o mundo e a ninguém buscar o horizonte perdido na espuma dos dias. Para isso é preciso invocar conceitos como profecia, utopia e esperança, os quais, embora raramente associados, assumem, num quadro de problematização de novos e antigos mitos, uma especial importância no sentido de se compreender o novo espírito do tempo. Para filósofos e cientistas de relevo como Karl Mannheim (1973) ou Lewis Mumford (2007) tal objetivo sempre esteve presente nas suas mentes, assim como para Paulo Freire (1979 p. 16), outro notável pensador que afirmou: “*Somente podem ser proféticos os que anunciam e denunciam, comprometidos permanentemente num processo radical de transformação do mundo (...). Os homens (...) opressores não podem ser utópicos. Não podem ser proféticos e, portanto, não podem ser esperança*”.

(9) Kierkegaard, S. (2010). *Temor e tremor*. Lisboa: Relógio D'Água (edição original: 1843).

BIBLIOGRAFIA

- Berlin, I. (1981). *Quatro ensaios sobre a liberdade*. Brasília: Editora da Universidade de Brasília (edição original: 1969).
- Bleger, J. (1969). *Psicoanálisis y dialectica materialista*. Buenos Aires: Paidós
- Blomert, R. (2011). *John Maynard Keynes*. Lisboa: Expresso.
- Blyth, M. (2013). *Austeridade – a história de uma ideia perigosa*. Lisboa: Quetzal.
- Braden, G. (2014). *O ponto de viragem – como criar resiliência numa era de extremos*. Lisboa: Sinais de Fogo.
- Brown, J.A.C. (1961.). *Freud and the post-freudians*. Harmondsworth: Penguin.
- Burdeau, G. (s.d.). *O liberalismo*. Lisboa: Europa-América (edição original: 1979).
- Caruso, I.A. (1974). *Psychanalyse et société: de la critique de l'idéologie à la auto-critique*. In B. Fraenkel (Org.) *Freudo-marxisme et sociologie de l'aliénation – Colloque de 'L'homme et la société'* (pp.117-138). Paris: Editions Anthropos.
- Chomsky, N. & Barsamian, D. (2014). *Mudar o mundo*. Lisboa: Bertrand.
- Dahrendorf, R. (1981). *O liberalismo e a Europa*. Brasília: Editora Universidade de Brasília.
- Ferguson, N. (2014). *O declínio do Ocidente – como as instituições se degradam e a economia morre*. Alfragide: Dom Quixote.
- Forrester, V. (1997). *O horror económico*. Lisboa: Terramar.
- Freeland, C. (2014). *Plutocratas – a ascensão dos novos super-ricos globais*. Lisboa: Temas e Debates/ Círculo de Leitores.
- Freire, P. (1979). *Conscientização – Teoria e prática da Libertação: Uma introdução ao pensamento de Paulo Freire*. São Paulo: Cortez & Moraes.
- Freud, S. (1987). *Trois essais sur la théorie de la sexualité*. Paris: Gallimard (edição original: 1905)
- Friedman, G. (2015). *Focos de tensão – a crise emergente da Europa*. Alfragide: Dom Quixote.
- Fromm, E. (1969). *Tarefa e método de uma psicologia social analítica*. In *Psicanálise e sociedade* (pp.31-76). Lisboa: Presença.
- Han, B.-C. (2015). *Psicopolítica*. Lisboa: Relógio D'Água.
- Hérisson, P.-Y. (1986). *Keynes hoje em dia: uma influência contestada*. *Risco*, 3, 75-82.
- Honoré, L. (1997). *A economia: uma ciência?* Lisboa: Instituto Piaget.
- Jaques, E. (1973). *A psicanálise e a atual crise económica*. In J.D. Sutherland (Ed.). *A psicanálise e o pensamento contemporâneo* (pp.139-159). Rio de Janeiro: Imago (edição original: 1958).
- Kaku, M. (2014). *O futuro da mente*. Lisboa: Bizâncio.
- Mannheim, K. (1973). *Diagnóstico de nosso tempo*. Rio de Janeiro: Zahar (edição original: 1954).
- Marcuse, H. (1969). *Mudando o mundo: réplica a Karl Miller*. In F. Espadilha (org.). *Marcuse polémico – uma perspectiva crítica* (pp. 67-80). Lisboa: Editorial Presença,
- Mendel, G. (1973). *Psychanalyse et sociopsychanalyse*. *Sociopsychanalyse*, 3, 13-62.
- Mendel, G. (1975). *Pour une autre société*. Paris: Payot.

- Mumford, L. (2007). História das utopias. Lisboa: Antígona (edição original, 1922).
- Pacheco Pereira, J. (2013). Crónicas dos dias do lixo. Lisboa: Temas e Debates / Círculo de Leitores.
- Ralha-Simões, H. (2001). Resiliência e desenvolvimento pessoal (pp. 95-113). In J. Tavares (Ed.). Resiliência e educação. São Paulo: Cortez Editora.
- Ralha-Simões, H. (2014). Que caminhos para a resiliência? Dos equívocos e controvérsias às promessas ainda por cumprir. OMNIA – Revista Interdisciplinar de Ciências e Artes, 1, 5-13.
- Ralha-Simões, H. & Simões, C.M. (1998). Resiliência e tarefas de desenvolvimento: a educação e as diferentes etapas da vida. Psicologia, Educação e Cultura, 2(2), 345-360.
- Rampini, F. (2014). Banqueiros – histórias do novo banditismo global. Lisboa: Editorial Presença.
- Rawls, J. (1997). O liberalismo político. Lisboa: Editorial Presença.
- Real, M. (2015). Portugal: um país parado no meio do caminho 2000-2015. Alfragide: Dom Quixote.
- Reis Pires, L. (2015). Segredos de Estado. Lisboa: Matéria-Prima.
- Rodrigues, F.C. (2015). A Igreja e o Ter. Correio da Manhã, 24 de julho.
- Sandel, M.J. (2015). O que o dinheiro não pode comprar: Os limites morais dos mercados. Lisboa: Presença.
- Simões, C.M. (2013). Epistemologia e construção do conhecimento: uma abordagem dos contextos educacionais. Cadernos do GREI n.º 1, junho (e-book).
- Simões, C.M. (2014). A economia do medo: uma reflexão sociopsicológica sobre as origens da crise portuguesa. Cadernos do GREI n.º 16, maio (e-book).
- Simões, C.M. & Ralha-Simões, H. (1999). Contextos de desenvolvimento e teorias psicológicas. Porto: Porto Editora.
- Soromenho-Marques, V. (Coord.) (2005). Cidadania e construção europeia. Lisboa: Ideias & Rumos.
- Sousa Santos, B. (2011). Portugal – ensaio contra a autoflagelação. Coimbra: Almedina.
- Temin, P. & Vines, D. (2015). Keynes – uma teoria útil à economia mundial. Alfragide: Dom Quixote.
- Toffler, A. (1983). Les cartes du futur. Paris: Denöel.
- Ullmo, B. (1986). Atualidade de Keynes. Risco, 3, pp.65-74.
- Vários (2015). Novo manifesto dos economistas aterrados: 15 caminhos para outra economia. Coimbra: Actual Editora.
- Varoufakis, Y. (2015a). Quando a desigualdade põe em risco o futuro – conversas com a minha filha sobre economia. Lisboa: Planeta.
- Varoufakis, Y. (2015b). O Minotauro global – Os Estados Unidos, a Europa e o futuro da economia global. Lisboa: Bertrand.
- Wolf, M. (2014). As mudanças e os choques. Lisboa: Clube do Autor.

O AUTOR

Carlos Marques Simões – Professor Coordenador aposentado da Universidade do Algarve. Em 1993, doutorou-se em psicologia da educação na Universidade de Aveiro. Entre 2010 e 2012 foi Presidente do Conselho de Fundadores do **Instituto Giordano Bruno**, tendo publicado o livro **Giordano Bruno – o filósofo errante**. Desde o início de 2013 até final de 2014 coordenou o **GREI – Grupo Interdisciplinar de Ciências e Artes**, tendo também coordenado os Cadernos do GREI, dos quais, até hoje, já foram publicados 33 números. Antes do 25 de abril foi membro da SEDES, dirigente associativo (1.º Acto – Clube de Teatro) e colaborador em rádios e jornais (Rádio Universidade, Emissora Nacional, Jornal República, Jornal da Costa do Sol, etc.). Em 1981 integrou o PS, depois de ter sido militante do MES e da UEDS de cuja Comissão Política fez parte.

Cadernos do GREI já publicados

n.º 25

Helena Ralha-Simões

PSICOLOGIA POSITIVA E FELICIDADE HUMANA:

As ciladas conceptuais dos modelos psicopatológicos



n.º 26

Ida Lemos

SERÃO OS POBRES MAIS VULNERÁVEIS? Recursos parentais e problemas psicológicos na adolescência



n.º 27

Filomena Adelaide de Matos

BULLYING: QUEM MERECE? Os caminhos escondidos da infância



n.º 28

Nuno Murcho

EQUIPAS DE TRABALHO NA SAÚDE: Contributos para uma análise baseada num modelo sistémico



n.º 29

Cláudia Ribeiro de Almeida

TRANSPORTE AÉREO, ACESSIBILIDADES E TURISMO: Importância para o desenvolvimento de novos segmentos de procura turística



n.º 30

Maria Helena Martins

EDUCAR PARA A PAZ: Importância de promover os pilares da resiliência educacional



n.º 31

Ana Martins

IMPLICAÇÕES PSICOLÓGICAS DA CRISE FINANCEIRA: Factores intervenientes na adaptação a uma situação adversa



n.º 32

Nora Almeida Cavaco

QUEM SOU EU? Identidade e imagem do corpo na adolescência



Cadernos do GREI

n.º 33

Carlos Marques Simões

A ECONOMIA DA INQUIETAÇÃO: Um ensaio eco-sistémico sobre a crise político-social europeia



GREI - Grupo de Estudos Interdisciplinares

Giordano Bruno

Cadernos do GREI n.º 33 - Agosto 2015



GREI - Grupo de Estudos Interdisciplinares

Giordano Bruno